



SENADO FEDERAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PL4717/2020

PROF. ME MARCELLO BARBOSA

CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), um terço da população mundial adulta é fisicamente inativo e o sedentarismo mata cerca de cinco milhões de pessoas anualmente.

Em relatório recente, a **OMS** fez um alerta de que quase 500 milhões de pessoas vão desenvolver doenças cardíacas, obesidade ou outras condições atribuídas à inatividade física entre 2020 e 2030.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, considerado o país mais sedentário da América Latina e o quinto no ranking mundial, cerca de 300 mil pessoas morrem por ano devido a doenças associadas ao sedentarismo. No país, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 47% dos brasileiros adultos são sedentários e entre os jovens o número é maior e ainda mais alarmante: 84%.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo o ACSM (2000), apenas 5% dos adultos sedentários que iniciam um programa estruturado de exercícios físicos em academias de ginástica aderem à prática. No Brasil, os estudos sobre adesão têm verificado um índice de **evasão de aproximadamente 70%** entre os praticantes de exercícios físicos em academias (Albuquerque e Alves, 2007).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A desistência da prática da musculação e de exercícios em academias é atribuída aos motivos como falta de tempo, atendimento profissional ruim ou desqualificado, poucos aparelhos para a prática, cansaço, ocorrência de lesões, não promoção da socialização entre os praticantes da academia e a monotonia (<https://doi.org/10.1016/j.rbce.2015.11.005>).

DESSA FORMA, COMO ATENDER COM QUALIDADE E PREVENIR A EVASÃO?

CREF1 publicou uma resolução 106/2019 determinando o número máximo de clientes/alunos nos diferentes serviços prestados por Profissionais de Educação Física, variando de **35**, na musculação, até **50** na ginástica. E a regra foi estabelecida por convenção coletiva entre os sindicatos das academias e dos profissionais de educação física.

DECISÃO SUSPENSA

DESSA FORMA, COMO ATENDER COM QUALIDADE E PREVENIR A EVASÃO?

Dessa forma, quanto mais personal trainers na sala, melhor o atendimento dos outros alunos, pois reduz o quantitativo de alunos “soltos”, promovendo melhor qualidade no atendimento. Então, seguindo essa linha, os Personal Trainers contribuem positivamente para a retenção dos alunos da academia. Isso sem contar nos seus próprios clientes, que são alunos matriculados e que, por terem esse acompanhamento personalizado, tem maiores chances de se manterem ativos e pagantes.

REPASSE - ALUGUEL DO ESPAÇO

A tese de que o repasse é a cobrança pelo aluguel do espaço e manutenção do maquinário para que sejam mantidos em bom estado de conservação, não se sustenta, pois o cliente **já paga a mensalidade com esse propósito**. Além disso, ao impor a cobrança do repasse, os estabelecimentos estão transferindo os custos do empreendimento para o personal.

REPASSE - ALUGUEL DO ESPAÇO

Se entendermos que o Personal Trainer não faz uso dos equipamentos da academia, mas tão somente permanece à disposição do aluno contratante, **não há qualquer justificativa para cobranças adicionais.**

A atuação desses profissionais **não gera despesas excepcionais às academias**, ao contrário, aumenta a retenção!

VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O Tribunal Superior do Trabalho tem entendido que nos casos dos Profissionais da Educação Física que exercem acompanhamento dos seus clientes em academias ou estabelecimentos semelhantes **não se configura relação de emprego entre o trabalhador e a academia**, vez que não são preenchidas as características para reconhecimento de vínculo empregatício, como a **subordinação**, que é uma das principais características para configuração da relação de emprego.

VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os Personal Trainers não possuem relação de emprego com as academias, nem mesmo relação de consumo, mas uma mera relação civil, regida por contrato adesivo elaborado pelas academias que os impõe a cobrança da taxa do repasse para que possam supervisionar os seus clientes.

CONCLUSÃO

Os Personal Trainers, **contribuem muito** para a fidelização dos alunos-clientes, significando **mais receita com menos despesa**, não possuem relação de emprego com as academias, nem mesmo relação de consumo, mas uma mera relação civil, regida por contrato adesivo elaborado pelas academias que os impõe a cobrança da taxa do repasse para que possam supervisionar os seus clientes, **no meu entender, de forma abusiva**, já que o **aluguel e manutenção do espaço são pagos através da mensalidade do próprio cliente**, devidamente matriculado.

CONCLUSÃO

Portanto eu apoio o PL nº 4.717/2020 que altera a Lei 9696/1998 para assegurar ao Profissional de Educação Física que presta serviços personalizados, livre acesso, sem ônus, a academias e similares, nos horários de atendimento a seus alunos regularmente matriculados.